

Senador rejeita tutela católica

CORREIO BRAZILENSE

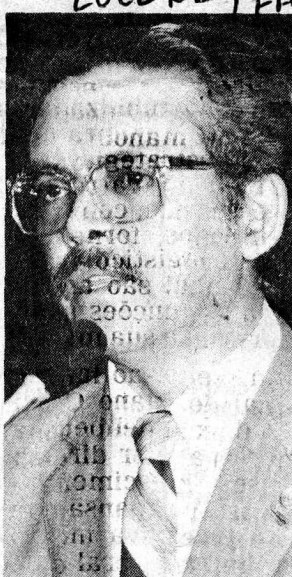
27 DEZ 1986

LUCE NA / FÁBIO LUCENA P. 5

Manaus (Do Correspondente) — "A Igreja é uma instituição da sociedade, mas não tem o direito de marcar qualquer Constituinte", adverte o senador eleito Fábio Lucena (PMDB-AM) 45 anos, ao referir-se sobre a proposta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — de acompanhar de perto o trabalho a ser exercido pelos constituintes.

Lucena afirma que, mesmo sendo um "católico praticante é mimigo mortal dos comunistas", não acompanha todas as cartilhas católicas, assume apenas as propostas coerentes da Igreja. Contrário ao aborto, salvo em casos de estupro, o senador acha que o tema deverá ser tratado no Código Civil lembrando que todos os demais assuntos serão discutidos com prioridade pelos constituintes e não constituirão apenas uma bandeira da Igreja Católica.

Para o senador Fábio Lucena, a Igreja poderá somente exercer uma pressão social por ser instituição da sociedade, mas não tem o direito de patrulhar qualquer constituinte. "O fato de eu ser católico praticante não significa que reze exatamente pela cartilha da Igreja. Rezo pela cartilha de Cristo", disse. A defesa de posições coerentes sobre assuntos como



Fábio Lucena

a família, reforma agrária, trabalho e direito à vida não é, segundo o senador, postura exclusiva da Igreja.

Ele diz que está pronto para receber "com muita honra" a comissão que será designada pela CNBB para acompanhar os trabalhos dos constituintes. "Como constituinte, terei prazer em receber esta comissão, apenas para conhecer suas sugestões. Pressão sobre mim só do Direito Natural e dos Princípios Natu-

rais do Direito. Não aceito pressão de ninguém: nem das Forças Armadas, nem da Igreja", avisa.

O senador informa que apresentará em Brasília, no dia 3 de fevereiro, um projeto transformando o presidente da Assembleia Nacional Constituinte em comandante supremo das Forças Armadas durante todo o período de funcionamento da Constituinte. "Sendo ao mesmo tempo presidente da Constituinte e das Forças Armadas, nem o presidente da República, nem os militares poderão impedir a ação soberana da casa", explica.

Fábio Lucena julga de fundamental importância a tomada de medidas que defendam a livre atuação da Constituinte porque "podem usar instrumentos ilegais golpeá-la", insiste. Sua intenção é defender a soberania da Assembleia Nacional Constituinte.

A Igreja deverá saber até onde poderá ir com sua pressão, acredita o senador. Ele cita que o recente período pré-eleitoral a Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão vinculado à Igreja, fez divulgar uma relação de nomes de candidatos que não deveriam ser votados pelos católicos. "O meu nome estava incluído. Resultado: obtive 57 por cento dos votos válidos do pleito".